RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Agência de Fomento de Goiás S/A — GOIÁSFOMENTO relativas aos Exercícios de 2013 e 2012, que encerraram-se respectivamente an 31/12/2013 e 31/12/2013 es quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

As ações contidas no **Programa de Fomento ao Desenvolvimento Econômico** constantes do Plano Pluria-nual de Investimento em que a GOIÁSFOMENTO é a responsável, tem como foco a geração e manutenção de emprego e renda, por meio da concessão de crédito visando a elevação dos investimentos produtivos nos diversos setores da economia goiana. Dessa forma, promoveu a concessão de crédito com Recursos nos diversos setores da economia goliana. Dessa forma, promoveu a concessão de credito com Récursos Próprios a 612 micro e pequenas empresas, empreendedores individuais e autônomos com mais de R\$ 32,1 milhões contratados. Como Agente Operador do FCO e agente financeiro do BNDES contratou mais de R\$ 11,6 milhões em 23 operações de crédito. O salod da carteira de crédito ao final do exercício de 2013 ficou em R\$ 75 milhões crescendo 29% no período. Como agente financeiro dos Fundos Estaduais, as operações de crédito com recursos do FunMineral, Crédito Produtivo e CREDIPAI somaram 1.086 operações com R\$ 23,8 milhões contratados. As contratações de financiamentos de incentivos fiscais por meio do Programa Produzir e seus subprogramas somaram R\$ 6,3 bilhões beneficiando 58 empreendimentos industriais.

Como agente financeiro dos fundos estaduais, as carteiras somam mais de R\$ 67,2 milhões, sendo do Crédito Produtivo/CREDIPAI R\$ 11,2 milhões, Funmineral R\$ 13,4 milhões e Fomentar R\$ 42,5 milhões.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

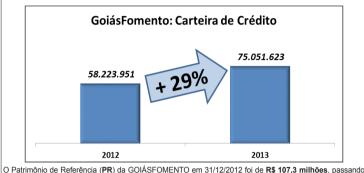
INDICADORES:

RESULTADOS:	EXERCÍCIO DE 2013 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO DE 2012 (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	25.569	22.447
Resultados Prestação de Serviços	5.847	5.446
Resultados Operacionais	2.258	4.158
Lucro Líquido antes dos Juros s/ Cap. Próprio	2.645	3.316
BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativos Totais	165.360	124.154
Operações de Crédito	74.962	57.284
Patrimônio Líquido	140.691	109.161
INDICADOR FINANCEIRO		
Índice de Lucratividade	10,34%	15,01%

Os Ativos Totais da GOIÁSFOMENTO somaram R\$ 165,4 milhões, crescendo 32,4 % sobre 31/12/2012, em parte, influenciado pela capitalização no valor de R\$ 29.7 milhões.

O resultado (lucro líquido e juros s/ capital próprio) do exercício foi de R\$ 2,6 milhões. A redução na taxa de rendimento dos recursos em tesouraria foi 7,5% menor que a obtida no ano anterior. Tal redução se deu em face da taxa SELIC ter sido menor em 3,17% que a do ano anterior. Por outro lado, a expansão das operações de crédito com o consequente crescimento dessas receitas propiciou elevação de 27,8% com relação ao ano anterior compensando a redução na receita com tesouraria

O Patrimônio Líquido (PL) da GOIÁSFOMENTO alterou-se de R\$ 109,2 milhões em 31/12/2012 para R\$ 140,7 milhões em 31/12/2013, ou seja, 28,8% maior com a integralização de R\$ 29,7 milhões ao capital da GoiásFomento.



orar **R\$ 140,7 milhões** em 31/12/2013, o que possibilita alavancar contratações de operações de crédito de repasses ao setor privado alem do atendimento por meio das linhas já existentes aos setores tradicionais. Entretanto, mesmo com a capitalização GOIÁSFOMENTO que está em curso, os financiamentos para projetos de infraestrutura econômica e social destinados aos municípios goianos dependerão de novos aportes de capital, o qual contribuirá para a redução das desigualdades regionais e um crescimento igualitário.

2. PERSPECTIVAS

Os ajustes na estrutura organizacional juntamente com os investimentos realizados na modernização da gestão criaram condições para expansão de suas atividades operacionais. A capitalização que está sendo realizada com a integralização da segunda parcela prevista para o primeiro semestre de 2014 no valor de R\$ 28,3 milhões ampliará as opções de negócios e setores que poderão ser beneficiados com financiamentos a partir dos recursos próprios da GOIÁSFOMENTO. O redirecionamento do foco de atuação em sintonia com as políticas governamentais do Governo de Estado vem permitindo que a GOIÁSFOMENTO cumpra seus objetivos institucionais e atue tanto na prospecção de oportunidades de negócios como no atendimento das novas demandas nor crédito novas demandas por crédito.

A criação e diversificação de linhas de crédito e ampliação das operações nas linhas atuais continuará sendo parte dessa estratégia, e com isso, cumpre seus objetivos institucionais e de sua missão. Além da ampliação das operações, busca-se a eficiência na aplicação de seus recursos próprios, na elevação dos financiamentos por meio de repasses do FCO e do BNDES, em que uma das metas é o crescimento dessas cardeiras especialmente na carteira voltada para o agronegócio

A gestão administrativa, orcamentária e financeira da GOIÁSFOMENTO continuara priorizando a melhoria da estrutura organizacional buscando a excelência no atendimento aos micro e pequenos empresários com maior agilidade nos processos decisórios, com segurança e maior velocidade de resposta aos clientes, otimizando a aplicação e utilização dos recursos disponíveis.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da GOIÁSFOMENTO apresenta aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e a todos aqueles que contribuíram para mais um ano de sucesso, os resultados positivos da Agência, agradecendo a todos.

BALANCOS PATRIMONIAIS

Goiânia (GO), 24 de janeiro de 2014 Alair da Silva Rocha Luiz Antônio Faustino Maronezi

Andrea Aurora Guedes Vecci Diretora de Prospecção de Oportunidade de Negócios

Repasses do País - BNDES

Repasses do País - FCO

OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)

Sociais Estatutárias Fiscais e Previdenciárias

Diversas NÃO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Dotação para Aumento de Capital

OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)

Reservas para Aumento de Capital

Repasses do País - BNDES Repasses do País - FCO

Capital Social (NOTA 12)

Reserva de Lucros

TOTAL DO PASSIVO

Jean Carlo dos Santos

Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM	R\$ MIL)	
ATIVO	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE	117.364	76.112
DISPONIBILIDADES	250	409
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	2.250 2.250	2.083 2.083
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Carteira Própria (NOTA 5)	72.731 72.731	53.038 53.038
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agroindustriais Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	29.815 25.347 9.253 44 (4.829)	11.704 11.595 1.640 (1.531)
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 7)	11.987 11.987	8.537 8.537
OUTROS VALORES E BENS Outros Valores e Bens (NOTA 8)	332 332	341 341
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	47.995 41.457	48.042 43.289
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6) Empréstimos Setor Privado Financiamentos Setor Privado Financiamentos Rurais e Agroindustriais Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	37.425 13.253 26.510 555 (2.893)	41.412 24.020 20.029 (2.637)
OUTROS CRÉDITOS Diversos (NOTA 7)	4.032 4.032	1.877 1.877
PERMANENTE (NOTA 9) IMÓVEIS DE USO Terrenos Edificações Depreciações Acumuladas	6.538 4.013 2.422 1.867 (276)	4.753 3.885 2.422 1.670 (207)
IMOBILIZADO DE USO Imobilizado de Uso Depreciações Acumuladas	604 1.735 (1.131)	762 1.882 (1.120)
DIFERIDO Gastos com Logiciais Amortizações Acumuladas	73 (71)	2 73 (71)
INTANGÍVEL Ativos Intangiveis Amortizações Intangíveis	1.919 2.319 (400)	104 341 (237)
TOTAL DO ATIVO	165.360	124.154
PASSIVO	31/12/13	31/12/12
CIRCULANTE	9.365	7.650
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10) Repasses do País - RNDES	1.495	849

E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	2° Semestre	EXERCÍCIOS	
DISCRIMINAÇÃO	de 2013	31/12/2013	31/12/2012
_			
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	8.747	15.307	13.542
Operações de Crédito	5.993	10.693	8.365
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	2.754	4.614	5.177
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(3.020)	(5.056)	(1.995)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.020)	(5.056)	(1.995)
Provisão p/ Desvalorização	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.727	10.251	11.547
REGULTADO BROTO DA INTERNIEDIAÇÃO I MANGEIRA	0.727	10.231	11.547
OUTRAS RECEITAS /(DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.556)	(7.993)	(7.389)
Receitas de Prestação de Serviços	3.399	5.847	5.446
Despesas de Pessoal	(5.635)	(10.410)	(9.346)
Outras Despesas Administrativas	(2.673)	(5.088)	(4.367)
Despesas Tributárias	(17)	(45)	(45)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	1.747	4.415	3.459
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(1.377)	(2.712)	(2.536)
RESULTADO OPERACIONAL	1.171	2.258	4.158
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2	136	62
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.173	2.394	4.220
Imposto de Renda e Contribuição Social (NOTA 15)	408	251	(904)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.581	2.645	3.316
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(1.018)	(1.471)	(1.840)
JUNUS SUBRE CAPITAL PROPRIO	(1.010)	(1.471)	(1.040)

0,02

0,03

- 140.691 - 31.530

304

LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00

MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO

Redução das Disponibilidades

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM R\$ MIL) RESERVAS DE LUCROS AUMEN-TO DE CAPITAL LUCROS CAPITAL REALIZA-DO **EVENTOS** LEGAL EXPAN-TOTAL LADOS SALDO EM 31/12/2011 2.081 106.138 3.865 Incentivos Fiscais (490) 2.037 Dividendos (167 (290) (33)(687) Transferência p/ Aum. de Capital 3.894 (3.894)Resultado do Exercício 3 3 1 6 3.316 Reserva Legal 166 (166)Reserva para Expansão 623 (623)- Juros sobre Capital Próprio SALDO EM 31/12/2012 (1.840)101.713 1.367 3.575 2.506 109.161 MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO (33) 3.023 (290) SALDO EM 30/06/2013 103.725 2.559 3.575 110.475 Incentivos Fiscais Dotação p/ Aumento de Capital 29.653 29.653 Transferência p/ Aum. de Capital 1.581 1.581 Resultado do Semestre Reserva Legal Reserva para Expansão - Juros sobre Capital Próprio SALDO EM 31/12/2013 018) **(1.018) 563 140.691** (1.018 29.653 103.725 3.575 2.559 616 MUTAÇÕES DO SEMESTRE 29.65 563 30.216 SALDO EM 31/12/2012 101.713 3.575 2.506 1.367 109.161 Dividendos (654 (654) Dotação p/ Aumento de Capital 29.653 29.653 Aumento de Capital Transferência p/ Aum. de Capital (655)1.357 2.012 2.012 (2.012) Resultado do Exercício 2.645 2.645 (132) (1.042) Reserva Legal Reserva para Expansão 132 1.042 - Juros sobre Capital Próprio SALDO EM 31/12/2013 (1.471)(1.471)

132

(267)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2013- (EM R\$ MIL) **EXERCÍCIOS** 31/12/2013 31/12/2012 Fluxos de Caixa Provenientes das Operações Lucro Líquido 1.581 2.64 3.316 Despesas de Depreciação e Amortização 282 243 (21) 73.884 (167 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos (96) (18.730) (19.693) (48.612)Financeiros Derivativos Operações de Crédito Outros Créditos Outros Valores e Bens (14.327) (3.920) (14.125 (5.604) (25.498) (4.057) Outras Obrigações Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de **Financiamento**Obrigações por Empréstimos e Repasses 4.261 8.607 5.155 2.037 Aumento de Capital em Dinheiro 29.653 31.010 Dividendos Propostos Juros Sobre Capital Próprio Propostos (654) (1.471) (490) (1.840) (1.018)Total de Ingresso de Recursos 4.862 Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos Imobilizado de Uso (17) (49) (1.969) **(2.035)** (214) (550) (40) **(804)** (197) (1.978) **(2.028)** Imóveis de Uso Aplicações no Intangível Total dos Recursos Captados/Aplicados (159) Variação Líquida de Caixa (519) **304** 105 Início do Período

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EN NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL A Agência de Fomento de Goiás S/A, é uma Instituição Financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, sendo empresa de economia mista de capital fechado, tendo por finalidade FOMENTAR o desenvolvimento socioeconómico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: • Concessão de Operações de Crédito com Recursos Próprios; • Operações de Repasses do BNDES e FCO;

 Administração de Fundos e Recursos Governamentais, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL e FUNPRODUZIR. A autorização para o fechamento das Demonstrações Contábeis da Instituição, referente ao exercício de 2013, foi dada pela Diretoria em 22 de janeiro de 2014.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Moeda de apresentação e funcional As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exas informações infanceiras apresentadas em Real foram arredonoadas para o miniar mais proximo, ex-ceto quando indicado de outra forma.

b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As Demonstrações Contábeis foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades
por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009,
normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e

apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacion

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no processo de converos profunciamentos entitudos entitudos pero Contra de Profunciamentos Contracters - C, no processo de Conver-gência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN como também os aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que não conflitam com as normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, estão observados nas Demonstra-

cões Financeiras da Agência, conforme abaixo:

CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);

CPC-03 - Elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);

CPC-05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);

CPC-07 - Pagamentos Baseados em Ações (Resolução nº 3.989, de 30.06/2011, do CMN);

CPC-03 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (Resolução nº 4.007, de 25/08/2011, do CMN);

CPC-23 - Politicas Contadeis, intidariça de Estimativa e resintação de Eria, (ricadação in 4.657, 50 25/08/2011, do CMN);
 CPC-24 - Eventos Subsequentes (Resolução № 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
 CPC-25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN); e
 CPC-33 - Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009).
 As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Critérios de reconhecimento dos resultados As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes: Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivo são apropriados "pro rata die";

849

6.801

763

439

3.757

116.504

7.343

7.343

6.445

109.161

101.713

7.448

292

1.203

7.870

1.473 591

334

5.472

155.995

15.304

15.304

2.585 12.719

140.691

103.725

7.313

165.360

- As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e • São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando
- aplicável.
 b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os ren-dimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando
- necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, des encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Centro-Oeste FCO e os recursos do BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo observando-se os fluxos de desembolsos previstos.
Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante e Exigívei a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Uso de estimativas A preparação das demonstrações incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões

para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos finan-ceiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

d) Caixa e equivalentes de caixa
 Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de

rear a mis das deministrações dos indusos de canas, canas e equivalentes de cana corresponden aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata. e) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por empréstimos e repasses. As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registra-das a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações.

fetetiva das operações. 1) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classifica dos e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: I) Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem ne gociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

II) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes

património líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicavel, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicavel.

III) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados pro rata temporis.

IV) Instrumentos financeiros derivativos – A Instituição não possui operações com derivativos.

g) Operações de crédito e outros créditos
Todas as operações de crédito tem os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação as operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove niveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 6 a.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após o sexagésimo dia, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas.

As operações ativas renegociadas, são reclassificadas no rating inicial e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Desta forma, os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

No exercício foram compensados em prejuízo operações de crédito no montante de R\$ 1.969 (2º semestre/2013 - R\$ 8.92 e exercício/2012 - R\$ 1.061). Os créditos recuperados no exercício de 2013 foram de R\$ 2.298 (2º semestre/2013 - R\$ 1.015 e exercício/2012 - R\$ 2.030).

h) Provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos
Constituída em montante considerado sufficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requentos pela Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetáno conforme de emponstrado na Nota 8 6 e superior ao valor mí

Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 6 c. é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o rating das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução n° 2.682/99, do Conselho Mone-tário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de rating de clientes. i) Outros valores e bens
 Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda

próprios, recebidos em dação de pagamento, os quais são demonstrados a valor do custo ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As Despesas Antecipadas correspondem a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável. Cor-

3) Permanente
1. Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, quando aplicável. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Agência ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os beneficios, riscos e controles desses bens.

II. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas na Nota 9.

III. Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por bens incorpóreos destinados à manutenção da Agência, ou exercídos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por direitos e desenvolvimento de softwares. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 9; e

IV. Alnstituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos Ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

K) Avallação do valor recuperável

Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

Não há indícios de necessidade de constituição de provisão para perdas por imparidade.

Não há indícios de necessidade de constituição dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras semente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são recon

DESCRIÇÃO	Taxa
R (Imposto de Renda)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	15,00%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	4,00%
SSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5,00%
De impropher a legar a legar a se a calculada a cabra a legar tribetada a curanda na accaracación di	ostania mandifa

Os impostos sobre o lucro são calculados sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas aliquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as adições temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício.

7) Provisão para férias e 13º. salário

E constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes engargos excisios.

correspondentes encargos sociais

NOTA 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ a) Vencimentos

Anlicação no mercado aberto

The second secon		
DESCRIÇÃO	EXERC	ÍCIOS
Posição Bancada	31/12/13	31/12/12
Letras Financeiras do Tesouro – 1 a 360 dias	2.250	2.083
Total	2 250	2.083

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez
 Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas – posição bancada:

DESCRIÇÃO EXERCÍCIOS 31/12/13 31/1 31/12/12 Posição Bancada Letras Financeiras do Tesouro Total

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: a) Classificação por categoria e prazos

DESCRIÇÃO	EXERC	icios
DESCRIÇÃO	31/12/13	31/12/12
Títulos Públicos Federais		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – 1 a 360 dias	33.214	3.784
TDA - Títulos da Dívida Agrária – acima de 360 dias	681	816
Sub-Total	33.895	4.600
Fundos		
BB - Renda Fixa	-	5
CEF - Fundo Caixa Goiás Fomento	38.836	48.433
Sub-Total	38.836	48.438
Total	72.731	53.038

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS			
DESCRIÇÃO	31/12/13	31/12/12		
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Títulos de Renda Fixa				
Fundos	3.660	620		
LFT	785	263		
TDA	2	3		
Total	4.447	886		

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Financiamentos
 Financiamentos Rurais e Agroindustriais

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Agência de Fomento estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do Conselho Monetário Nacional. As principais informações ações são as seguintes a) Composição total da carteira e prazos

EXERCÍCIOS 31/12/13 31/12/12 38.601 36.107 21.966 20.220 DESCRIÇÃO Operações de Crédito Empréstimos: Indústria <u>Serviço</u> mpréstimos Pessoas Físicas (4.848) 35.762 (3.074) 21.177 (Provisão para crédito de liquidação duvidosa) - Serviço
- Financiamentos Pessoas Físicas
- (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)
Financiamentos Rurals e Agroindustriais:
- Financiamentos Rurais e Agroindustriais
- (Provisão para crédito de liquidação duvidosa) (2.871) (1.094)53.116 Total líquido de provisão Curto Prazo 25.347 9.253 11.595 1.640 Empréstimos inanciamentos mentos Rurais e Agroindustriais Longo Prazo

Operações/Crédito	Α	В	С	D	Е	F	G	Н
Até 90ias	1.129	5.848	492	220	183	87	85	693
De 91 a 180 dias	1.154	5.886	535	198	160	75	81	611
De 181 a 360 dias	2.021	9.745	1.059	329	258	118	157	973
Acima de 360 dias	6.837	27.195	2.760	563	526	232	265	1.989
Parcelas Vincendas	Parcelas Vincendas 11.141 48.674 4.846 1.310 1.127 512 588 4.266							
Níveis de Risco								
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - Parcelas Vencidas								

Níveis de Risco

EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - Parcelas Vencidas								
Operações /Crédito	Α	В	С	D	E	F	G	Н
Mais de 90 dias	18	280	235	192	176	51	80	522
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	66	35	80	409
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	444
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-		-	-
Parcelas Vencidas	18	280	235	192	242	86	160	1.375
) Concentração de crédito e risco de crédito								
,								

DESCRIÇÃO	EXERC	CICIOS				
DESCRIÇÃO	31/12/13	31/12/12				
- Principal Devedor	2.825	1.432				
- Percentual Sobre o Total	3,76%	2,46%				
- Vinte Maiores Devedores	20.905	13.679				
- Percentual do Total	27,85%	23,46%				
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa						

A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos critério: de risco previstos na Resolução n° 2.682, de 21/12/1999, do Conselho Monetário Nacio PERCENTUAL (%) NÍVEL SALDO

В	48.954	1	490			
С	5.081	3	152			
D	1.502	10	150			
E	1.369	30	411			
F	598	50	299			
G	748	70	523			
Н	5.641	100	5.641			
Total	75.052		7.722			
Estão classificados no nível de risco "A" além, das operações de crédito, o valor dos leilões dos Bens Nã de Uso Próprio, recebidos em dação de pagamento, no valor de R\$ 90 mil, conforme classificação nrubrica contábil - Devedores por Compra de Valores e Bens.						

d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa **EXERCÍCIOS**

4.168 2.519

DESCRIÇÃO Saldo em 31/12/12 - Constituição no 1º Semestre/13

	DESCRIÇÃO	EXERC	
N	OTA 7 – OUTROS CRÉDITOS		
	Saldo em 31/12/13		7.722
	- Baixas 2º semestre/13		(1.343)
	- Constituição no 2º Semestre/13		3.466
	Saldo em 30/06/13		5.599
	- Baixas - 1º Semestre/13		(1.088)

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Rendas a Receber	10.166	6.379
Adiantamentos e Ant. de Salários	178	16
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 15)	4.032	1.877
Imposto de Renda a Compensar	64	59
Imposto de Renda a Recuperar	417	1.158
Devedores por Compras de Valores e Bens (Longo Prazo)	90	44
Devedores por Depósitos em Garantia	591	612
Outros	481	269
Total	16.019	10.414
Curto Prazo	11.987	8.537
Longo Prazo	4.032	1.877

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS EXERCÍCIOS **DESCRIÇÃO** 31/12/13 316 **31/12/12** 318 Bens Não de Uso Próprio

NOTA 9 – PERMANENTE						
DESCRIÇÃO		EXERCÍCIOS				
DESCRIÇÃO		31/12	2/13		31/12/12	
	Taxa	Custo	Deprecia- ção	Valor Líquido	Valor Líquido	
- Imóveis de Uso – Terrenos		2.422		2.422	2.422	
 Imóveis de Uso - Edificações 	4%	1.867	(276)	1.591	1.463	
- Móveis e Equipamentos de Uso	10%	608	(373)	235	253	
- Outras Imobilizações	10%	1.127	(758)	369	509	
- Diferido/Logiciais	20%	73	(71)	2	2	
- Intangível	20%	2.319	(400)	1.919	104	
Total		8.416	(1.878)	6.538	4.753	

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a saber:

,				
DESCRIÇÃO - BNDES		EXERCÍCIOS		
Taxa Média	Prazo Médio	31/12/13	31/12/12	
4,06% a.a.	4,8 anos	2.877	898	
Total		2.877	898	
- Curto Prazo		292	-	
- Longo Prazo		2.585	898	
DESCRIÇÃO – FCO		EXERCÍCIOS		
Taxa Média	Prazo Médio	31/12/13	31/12/12	
5,46% a.a.	7 anos	13.922	7.294	
Total		13.922	7.294	
- Curto Prazo		1.203	849	
- Longo Prazo		12.719	6.445	

N	<u> DTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES</u>			
	OUTRAS OBRIGAÇÕES	EXERCÍCIOS		
	Descrição	31/12/13	31/12/12	
	- Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)	1.473	1.842	
	- Fiscais e Previdenciárias	591	763	
	- Impostos e Contribuições	578	504	
	- Credores Diversos	1.692	1.377	
	- Dotação p/ Aumento de Capital	334	439 527	
	- Provisão de Férias	601		
	- Contingências	457	1.270	
	- Obrigações por Aquisição de Bens/Direito	1.811	-	
	- Outras – Diversas	333	79	
	Total	7 870	6.801	

NOTA 12 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R\$ 133.379 totalmente integralizado é representado por 133.378.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2013, foi procedido aumento do capital social no montante de R\$ 29.653 com emissão de 29.653.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que aprovou este aumento de capital foi realizada em 31/10/2013 em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 13 - DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	20	EXERCÍCIOS		cícios
DESCRIÇÃO	Semestre de 2013	31/12/13	31/12/12	
- Água, Energia e Gás	85	172	165	
- Aluguéis	26	51	49	
- Comunicação	133	250	244	
- Honorários	801	1.646	1.522	
 Manutenção e Conservação 	72	140	146	
- Material de Expediente	17	30	55	
- Pessoal	5.635	10.410	9.346	
- Terceiros	476	791	588	
 Propaganda / Publicidade e Publicações 	147	310	212	
- Técnicos Especializados	260	460	326	
- Vigilância e Segurança	117	244	257	
- Transportes	100	220	209	
- Outros	456	819	639	
Total	8.325	15.543	13.758	

NOTA 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

DECODIO ÃO	2°	EXERCÍCIOS			ícios
DESCRIÇÃO	Semestre de 2013	31/12/13	31/12/12		
Outras Receitas					
- Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	1.015	2.298	2.030		
- Recuperação de Encargos e Despesas	635	1.049	786		
- Outras	97	1.068	643		
Total de outras receitas	1.747	4.415	3.459		
Outras Despesas					
- COFINS	512	898	805		
- PASEP	83	146	131		
- ISSQN	169	291	156		
- Descontos Concedidos	231	687	744		
- Amortização	-	-	4		
- Amortização do Intangível	145	164	36		
- Depreciação	138	277	282		
- Outros	99	249	700		
Total de outras despesas	1.377	2,712	2,536		

NOTA 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO 15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social a) Base de tributação

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO – até 31/12/13			
DESCRIÇÃO	Imposto de	e Contribuição			
	Renda	Social			
Resultado do Período	2.394	2.394			
(-) Juros de Capital Próprio	1.471	1.471			
= Resultado ajustado	923	923			
+ Adições					
Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	8.254	8.254			
Despesas não Dedutíveis	893	893			
Total das adições	9.147	9.147			
(-) Exclusões					
- Provisão para Devedores Duvidosos – 2013	(4.315)	(4.315)			
- Outras Exclusões	(1.438)	(1.438)			
Total das exclusões	(5.753)	(5.753)			
= Lucro real	4.317	4.317			
Imposto de Renda	1.055				
Contribuição Social	-	648			
(Constituição)/Realização Líquida de Créditos Tributários	(1.013)	(941)			
Total da despesa	42	(293)			

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos
A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro.
Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela circular BACEN nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002. Conforme dispõe a Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.059, de 20/12/2002, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/13, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis.
Assim sendo, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

DESCRIÇÃO	Renda	Social	Total
Saldo em 31/12/12	1.380	497	1.877
- Constituição no exercício	1.536	1.187	2.723
- Realização no exercício	396	172	568
Saldo em 31/12/13	2.520	1.512	4.032
- Total a Curto Prazo	1.662	599	2.261
- Total a Longo Prazo	1.302	469	1.771

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

	20	14	20	15
DESCRIÇÃO	1º Sem/14	2° Sem/2014	1° Sem/2015	A partir do 2º Sem/2015
- Imposto de Renda	912	750	814	488
- Contribuição Social	329	270	293	176
TOTAL	1.241	1.020	1.107	664

c) Natureza dos creditos	
DESCRIÇÃO	31/12/2013
- Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa a Excluir	7.602
- Baixa de Valor Acima de 30 mil	1.721
- Provisão p/ Contingências	757
Total da base de cálculo em 31/12/13	10.080
- Alíquota de Imposto de Renda	25%
- Alíquota de Contribuição Social	15%
- Crédito Tributário de Imposto de Renda	2.520
- Crédito Tributário de Contribuição Social	1.512
Total dos créditos tributários em 31/12/13	4.032

d) Classificação contábil dos créditos tributários
Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.
e) Valor presente dos créditos ativados
O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$3.646 (2012 - R\$ 1.706). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

NOTA 16 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício.
Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por centro) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
Os dividendos foram calculados na forma de juros sobre o capital próprio, conforme faculta a legislação vigente, no montante de R\$ 1.471 (2012 – R\$ 1.840).

DESCRIÇÃO	EXER	CICIOS	
DESCRIÇÃO	31/12/13	31/12/12	
- Lucro do Exercício	2.645	3.316	
Destinação - Juros sobre o Capital Próprio	1.471	1.840	
% de Distribuição	55,61%	55,49%	
- Juros sobre o Capital Próprio por Ação (R\$ por ação)	0,01	0,01	

A proposta dos Administradores para destinação do resultado inclui a transferência para reserva de expansão do saldo não distribuído

NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar e recursos de cobrança a pagar, conforme demonstrados

PARTES RELACIONADAS	ATIVO		PASS	SIVO	RESUL	TADO
Descrição	2013	2012	2013	2012	2013	2012
FUNMINERAL	380	45	-	-	628	542
FUNPRODUZIR	4.599	2.349	-	-	3.437	3.173
FOMENTAR	3.208	2.369	-	-	1.276	1.288
Juros de Capital Próprio - Estado de Goiás	-	-	1.470	1.842	-	
Recursos de Cobrança - BD-Goiás		-	1.221	1.241	-	
Juros de Capital Próprio – Metrobus	-	-	3	2	-	

NOTA 18 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL PRINCIPAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO a) Îndice da Basiléia e de imobilização (DLO) Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/2013, obtidos conforme regulamentação em

-	
Patrimônio de Referência	140.689
Índice de Basiléia	130,02%
Nível I	124,52%
Nível II	-
Índice de Imobilização Basiléia	3,28%
Limite	70.345
Situação	4.618
Folga de Imobilização	65.727

En primeiro de março de 2013, o BACEN publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do conselho Monetário Nacional Resolução nº 4.192, que dispõe sobre a metodologia de apuração do capital de instituições financeiras, no Brasil chamado Patrimônio de Referencia (PR); Resolução nº 4.193, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de capital a serem mantidos sob a forma de Patrimônio de Referência (PR), nível I e de Capital Principal.

O conjunto de 15 novas circulares do Banco Central do Brasil complementam as regras estabelecidas nas resoluções, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para *Risk-Weighted Assets*).

O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.192, de 01/03/2013, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.193, de 01/03/2013, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal Para os acálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas do Banco Central do Brasil, entre elas, a Resolução 3.464/07 e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13. b) Risco operacional

5.05447 13 e 3.0547 13. b) Risco operacional para o cálculo da parcela de risco operacional Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 3.490/07 e Circular 3383/08.

3383/08.

c) Julgamento da administração sobre o índice de Basiléia

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basiléia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 11%.

d) Cálculo do patrimônio de referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2013 estão demonstrados conforme abaixo:

Capital Principal	140.689
Nível I	140.689
Nível II	-
Patrimônio de Referência	140.689
Compatibilização do patrimônio de referência	
PR	140.689
RWA	108.205
Margem PR Nível I req.	134.738
PR Nível I mín. reg. RWA	5.951
Margem s/ capital req.	135.820
Capital mím. Reg. RWA	4.869
Indian Deciléir con	40E E00/

NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO		EXERCICIOS	
		31/12/13	31/12/12
- Proventos		695	690
- Gratificações		28	29
- Conselho de Administração		363	376
- Outros		560	427

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

NOTA 20 - SEGUROS n seguros de sua frota de veículos e seguro predial (não auditados).

NOTA 21 - AVAIS E FIANÇAS

A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

NOTA 22 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depen-de de eventos futuros. . Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que asse

gurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro

exigivei; ii. Passivos contingentes - Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contin-gências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são di-vulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais.

Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação

a) Contingências prováveis - provisionadas

a commigérica provavel e compõem-se de: Ações Trabalhistas e Ações Cíveis, distribuída da seguinte forma: i. Ações trabalhistas - compõem-se de 1 ações em andamento e 4 ações prováveis, onde o objeto é de:

horas extras, equiparação salarial, participação nos lucros, que em dezembro de 2013, totaliza R\$ 265. ii. Ações cíveis - compõem-se de 13 ações em andamento, onde o objeto das ações são: indenizações e nais, totalizando em dezembro de 2013 em R\$ 191

NOTA 23 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS A Aαência de Fomento administra Fundos do Governo do Estado de Goiás. As principais informaçõe

Fundos Públicos	PL dez/13	Receita/13	PL dez/12	Receita/12
FUNPRODUZIR	20.383	3.437	19.641	3.173
FUNMINERAL	16.818	628	17.889	542
FOMENTAR	393.676	1.276	396.917	1.288
TOTAL	430.877	5.341	434.447	5.003

NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

adas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento finan-ceiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

NOTA 25 - GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os principais fatores de riscos monitorados são:

a) Risco de mercado — É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e
passivos da Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado, e, com isso, serem
geradas perdas à instituição. Em atendimento aos normativos dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a GoiásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco
de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão
de exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da
Resolução nº 3.464 do CMN de 26/06/2007 e normativos posteriores. Atualmente, inexistem expectativas de flutuações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar
consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da
estrutura de gerenciamento do risco de mercado da Goiás-Fomento, encontra-se na Coordenadoria
de Contabilidade — CONTA, área responsável pelo mesmo.

de Contabilidade – CONTA, área responsável pelo mesmo.
b) Valor em risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança de

billizando limites de risco baseados em cinterios estatisticos (var. Estatistico. Inver de comitança de 99% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos. Conforme o VAR em dezembro/13

o VaR em dezembro/13. c) Risco de crédito – O risco de crédito surge da possibilidade da instituição vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de suas operações de crédito e outros créditos. A GoiásFomento

estabelece sua política de crédito de forma conservadora, observando-se fatores relativos à classifiestabelece sua política de crédito de forma conservadora, observando-se fatores relativos à classifi-cação de clientes, pulverização de risco e monitoramento dos níveis de inadimplência. Desta forma, inexistem expectativas com perdas superiores ao valor da provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa. Em atendimento à Resolução nº 3.721 do CMIN, a Agência vem desenvolvendo ações em relação à estrutura organizacional para a efetiva implementação do gerenciamento do risco de crédito, tendo indicado ao BACEN o diretor responsável por tal atividade. d) Risco operacional – Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMIN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possui implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Património de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata a Resoluções nºs 4.192 e 4.193/13 descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de iscos acima citada encontra-se disponível.

descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento ASGER – Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A GoiásFomento tem como

no departamento ASCER – Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A Golas-Fomento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos. e) Risco de liquidez – É o risco de a instituição se tornar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Inexiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulantes muito superiores aos passivos de curto prazo.

f) Lavagem de dinheiro – prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – A Golás-Fomento possui Delítica interna de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – prevenção aceta desente de lavagem de procedimentos fazores de sectores de lavagem de dinheiro de prevenção aceta de sectores de lavagem de procedimentos fazores de la constitución de la con

Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilícito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Assessoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a GoiásFomento aumentou os controles o Conseino de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Goias-Fomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes. Com a aprovação da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Diretoria da Agência e o Conselho de Administração normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo interno da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede Público os material, utilizado pala Assessoria de Geregoramento de Pierces para divulgar a Política aos Con o material utilizado pela Assessoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Co ordenadores da instituição. Dentre o material consta um vídeo explicativo divulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que os colaboradores devem seguir em caso de identificação de operação suspeita. Atualmente os clientes que são identificados como Pessoas Politicamente Expostas passam por análise da Diretoria Executiva antes que seja iniciada

Goiânia (GO), 22 janeiro de 2014.

LUIZ ANTÔNIO FAUSTINO MARONEZI

ALAIR DA SILVA ROCHA

JEAN CARLO DOS SANTOS Diretor de Operações

ANDRÉIA AURORA GUEDES VECCI retora de Prospecção de Oportunidade de Negócios MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA Contadora CRC/GO 8.031 CPF.311.069.601-06

CONSELHO FISCAL SÍLVIO VIEIRA DA LUZ WANDERLINO TEIXEIRA CARVALHO MACÁRIO DE PAIVA NETO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A GOIÂNIA – GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Agência de Fomento de Goiás S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas de-monstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a fun-cionar pelo Banco Central do Brasil – BACEÑ e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoáve de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficâcia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das praticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento de Coiás SIA, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Goiânia, 28 de Janeiro de 2014

PRIME AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-2-SP 023.478/O-7

Luiz Correa da Silva Contador CRC-1-SP 131.904/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Golás S/A, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2 da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame dos Balanços Patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, das Demonstrações Confabeis dos exercícios findos naquelas datas, e do Estudo Técnico referente a atualização do Crédito Tributário, e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Golás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: a) "irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resquardo do interesse público": b) " resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo"; c) "situação dos administradores perante os cofres da entidade". Conclui que, durante os trabalhos não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, recomendando que seiam aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade.

Goiânia, 24 de janeiro de 2014.

SÍLVIO VIEIRA DA LUZ MACÁRIO DE PAIVA NETO WANDERLINO TEIXEIRA DE CARVALHO